

PROGRAMA DE APOIO AO AGROEXTRATIVISMO E AOS POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS
PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DA
SOCIOBIODIVERSIDADE

FÁBIO WESLEY DE MELO

**RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO E DO ANDAMENTO
DAS INSTÂNCIAS DE GESTÃO CONSTITUÍDAS PELOS ESTADOS DO
TOCANTINS, MARANHÃO, PIAUÍ E CEARÁ, PARA A CADEIA PRODUTIVA DO
BABAÇU E SUA INTEGRAÇÃO À ESTRATÉGIA DO GOVERNO FEDERAL:
PRODUTO 4
PNUD/BRA/08/012
TDR Nº 136140
CONTRATO Nº 2011/000550**

Brasília
2012

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 INSTÂNCIAS ESTADUAIS DE GESTÃO DO PNPSB PARA A CADEIA PRODUTIVA DO BABAÇU.....	3
2.1 Estado do Ceará.....	4
2.2 Estado do Piauí.....	6
2.3 Estado do Maranhão.....	9
2.4 Estado do Tocantins.....	11
3. REUNIÃO COM O MIQCB SOBRE O FUNDO DO BABAÇU.....	13
4. CONCLUSÃO.....	13
5. INSUMOS.....	15
5.1 Insumos utilizados nas viagens para São Luis/MA e Teresina/PI.....	15
5.2 Insumos utilizados na viagem para Palmas/TO.....	17
5.3 Total de insumos gastos com os trabalhos desenvolvidos no Produto 4.....	18
BIBLIOGRAFIA.....	19
ANEXOS.....	20

1 INTRODUÇÃO

Este documento apresenta o Produto 4 (Relatório Técnico de avaliação da constituição e do andamento das instâncias de gestão constituídas pelos Estados do TO, MA, PI e CE para a cadeia produtiva do Babaçu e sua integração à estratégia do Governo Federal), concebido no âmbito de consultoria para o Programa de Apoio ao Agroextrativismo e aos Povos e Comunidades Tradicionais (Projeto BRA/08/012) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) do Governo Brasileiro.

Executada junto à Gerência de Agroextrativismo, do Departamento de Extrativismo (DEX), da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), do Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA), esta consultoria visa o desenvolvimento de análises e estudos para subsidiar a Secretaria Executiva e a Coordenação do PNPSB na gestão de suas ações, operacionalização e monitoramento dos Planos de Ação da Cadeia Produtiva do Babaçu e a sistematização e avaliação das ações propostas nesses planos nos governos federal e estaduais, no ano de 2012.

2 INSTÂNCIAS ESTADUAIS DE GESTÃO DO PNPSB PARA A CADEIA PRODUTIVA DO BABAÇU

Em 2009, com o apoio do Consultor, Sr. João Morita (Contrato nº 2009/00063; Termo de Referência nº 132007), a Coordenação do PNPSB realizou reuniões bilaterais com os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Ceará, considerados prioritários para o fortalecimento da Cadeia Produtiva do babaçu, visando apresentar a estratégia do PNPSB, o Plano de Ação para a Cadeia Produtiva do Babaçu e a criação de instâncias de gestão do PNPSB nesses Estados.

As instâncias de gestão seriam os articuladores estratégicos nos territórios, funcionando de forma colegiada, por intermédio de pontos focais que contribuiriam com a operação da estratégia do PNPSB, com o apoio de uma Coordenação e uma Secretaria Executiva, e participariam da Câmara Nacional de Produtos da Sociobiodiversidade (Figura 1).

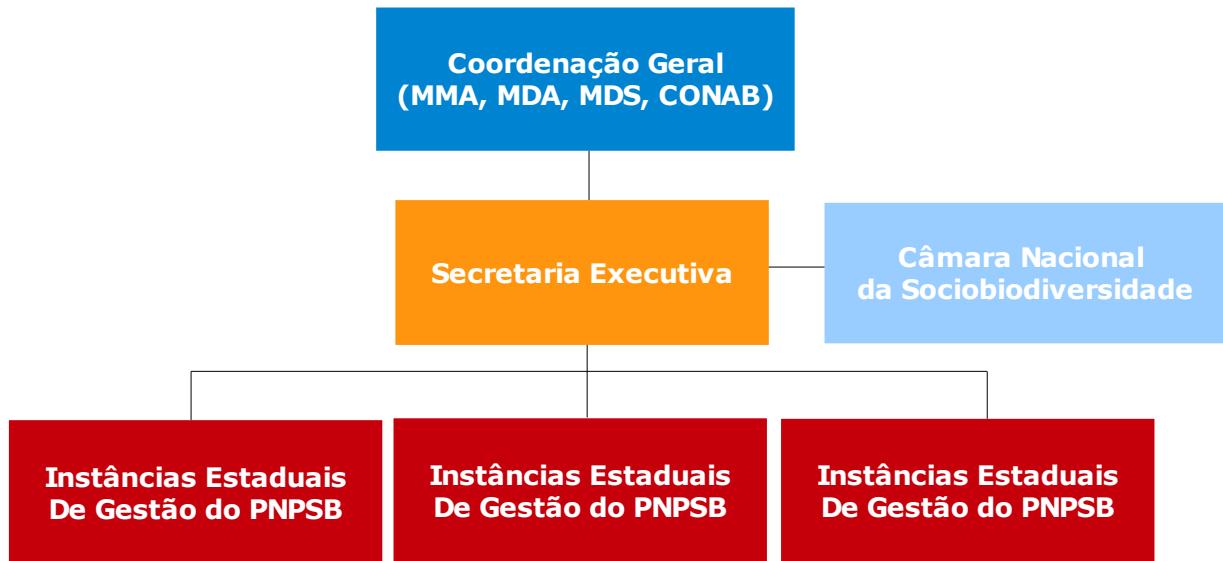


Figura 1: Estrutura de Funcionamento do PNPSB

As instâncias de gestão dos Estados prioritários para o fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu nasceram como Grupos de Trabalho (GT), compostos por reponentes de entidades governamentais e não governamentais, e o propósito de contribuir para resolver os gargalos da cadeia produtiva e consolidarem-se como instâncias participativas de contribuição para políticas públicas agroextrativistas.

Assim, foram criados os seguintes GT nos Estados prioritários para a cadeia do babaçu (Morita, 2010):

- GT do babaçu do Estado do Ceará;
- GT do babaçu do Estado do Maranhão;
- GT do babaçu do estado do Piauí;
- Grupo de Trabalho do Estado do Tocantins.

2.1 Estado do Ceará

No Ceará a internalização da estratégia colegiada do PNPSB se deu com a criação do GT do babaçu e apoio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário (SDA) como ponto focal do PNPSB (Ceará, 2010). Inicialmente o GT teve boa mobilização e atuação, principalmente em 2010, enquanto havia ambiente institucional favorável, muito em razão do apoio do Governo Federal.

Com o apoio da Coordenação do PNPSB o GT participou de várias reuniões e eventos entre 2010 e 2011, sempre com representantes do Governo Federal e de órgãos e organizações estaduais (DFDA/CE, EMATERCE, Fundação Mussambê, Fundação Araripe, etc.).

Foram realizadas visitas técnicas em regiões produtoras de babaçu e também de pequi, visando conhecer as condições e avaliar a situação dos agroextrativistas, e articular o fortalecimento dessas e de outras cadeias produtivas importantes.

Com o apoio da Gerência de Agroextrativismo do MMA, foram elaborados projetos visando a captação de recursos para a mobilização da cadeia produtiva do babaçu e continuidade do próprio GT, mas os recursos não foram liberados, o que frustrou os agroextrativistas que seriam beneficiados e desmobilizando também a estratégia de articulação do GT.

O GT participou também de reuniões no Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão, onde os representantes de instâncias de gestão do PNPSB discutiram a problemática das cadeias produtivas da carnaúba, do babaçu e do pequi.

Participaram também de missão técnica para conhecer as ações desenvolvidas no Maranhão, sobre o aproveitamento integral do coco babaçu com a utilização de máquinas para o beneficiamento do coco e seus subprodutos.

Participaram em Teresina-PI, de um encontro de avaliação da estratégia do PNPSB e estiveram em Brasília para o encontro de Pontos Focais, onde foram avaliadas as atividades a serem desenvolvidas pelos Estados prioritários.

Foram realizadas várias reuniões em Fortaleza, contando com o apoio e presença dos pontos focais do PNPSB no MMA e no MDA, e nessa perspectiva realizaram uma Oficina para discutir a criação de um APL de Babaçu e Pequi na região do Cariri.

Apesar de todo o esforço de articulação, mobilização e apoio, principalmente do PNPSB, desde a oficina sobre o APL de babaçu e pequi, não foram feitas mais reuniões, pois o GT ficou no aguardo das deliberações da Coordenação do PNPSB, o que não aconteceu.

Considerando o exposto, nota-se que o GT do babaçu do Ceará funcionou bem, mas dispersou, assim como também dispersou a condução da estratégia do próprio PNPSB por sua Coordenação, no que se refere à articulação enquanto estrutura colegiada, o que influenciou diretamente para a desmobilização geral em torno da estratégia.

Dessa forma, em 2012 o GT não realizou reuniões ou participou de eventos, enquanto instância de Gestão do PNPSB, mesmo com a tentativa de organizar tais reuniões, por parte desta consultoria, conforme já relatado nos produtos anteriores.

Um fator que contribuiu para a desmobilização do GT em 2012 foi a seca que atingiu o Estado e minou os esforços dos órgãos e organizações para atender esta emergência.

Em contato com o Ponto Focal do Estado na SDA, Sr. Francisco Marcilio de Melo,

questionei se ainda seria possível realizar uma reunião de retomada do GT ainda em 2012, considerando que o contrato desta consultoria se encerrará em janeiro de 2013. Segundo o Sr. Marcílio, é possível retomar a estratégia no Estado, desde que tenham “*um bom incentivo e apoio desse Ministério*” (MMA), a partir de janeiro de 2013 quando poderão movimentar os membros do GT, para rever a constituição dos membros e continuidade do GT que não está operando.

A composição oficial do GT, segundo o artigo 3º da Portaria SDA nº 1.246/2010 (Ceará, 2010) é a seguinte:

- Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA;
- Ministério do Meio Ambiente, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO/CE;
- Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário – DFDA/CE;
- Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, por meio da Superintendência Regional do Ceará;
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE;
- Fundação de Formação, Pesquisa e Difusão de Tecnologias Sociais Sustentáveis – Fundação Mussambê;
- Fundação para o Desenvolvimento Sustentável do Araripe;
- Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Ceará – FETRAECE.

2.2 Estado do Piauí

No Estado do Piauí, a internalização da instância de gestão do PNPSB se deu inicialmente com a criação do GT do babaçu e, posteriormente, com a instauração da Câmara Técnica dos Produtos da Sociobiodiversidade do Piauí, conforme a Portaria GAB. DIGER/056/2011 (Anexo 1).

Com o apoio da Coordenação do PNPSB, a CT participou de várias reuniões e eventos entre 2010 e 2011, sempre com representantes do Governo Federal e de órgãos e organizações estaduais (SASC, SDR, EMATER, CAMP, UESPI, SEMAR, SEDET, CONAB, CENTRO COCAIS, etc.).

Em 2009 participaram, do lançamento do PNPSB em Teresina, na UESPI, onde o então diretor geral do EMATER, Sr. Guedes, proferiu palestra sobre o potencial da palmeira babaçu no estado.

A partir desta primeira articulação em 2009 a CT participou e/ou organizou os seguintes eventos:

- Workshop do babaçu em São Luis/MA, em 2009;
- Reunião de criação do GT do babaçu em maio de 2010, onde foi indicado o Sr. Tadeu da EMATER como Ponto Focal do Estado;
- Congresso brasileiro do babaçu em São Luis/MA, 2010;
- Visita Técnica para conhercer o banco ativo de germoplasma do babaçu na EMBRAPA MEIO-NORTE, em Teresina/PI, 2011;
- Encontro de Pontos Focais do PNPSB em Brasília, 2011;
- Oficina para elaboração de proposta de projeto para um plano de manejo do babaçu, 2011;
- 2º encontro da Rede de Serviços do PNPSB em Brasília, 2011;
- Reunião de criação GT da carnaúba, em 2011;
- Oficina sobre PAA, PNAE e PGPM, em Iperó/SP, 2011;
- Missão Técnica para Avaliação de Máquinas de Processamento do Babaçu, no Maranhão, 2010;
- Reunião para criação de uma associação de quebradeira de babaçu no município de Lagoa Alegre/PI.

Nesse período fértil de atuação da CT do PI, entre 2009 e 2011, foram feitas várias articulações, inclusive foi elaborado um Plano de Ação estadual para o fortalecimento da Cadeia Produtiva do babaçu, porém este plano nunca foi posto em prática e com o tempo, a CT desmobilizou, da mesma forma que a animação da estratégia por parte da Coordenação do PNPSB.

Segundo o Ponto Focal do Estado, Sr. Tadeu da EMATER, é necessário instituir de fato a CT da Sociobiodiversidade pelo governo do Estado, com a participação efetiva das instituições estaduais, federais e não governamentais, com a elaboração conjunta de um novo Plano de Ação para todas as cadeias produtivas de interesse do Estado, o comprometimento oficial de cada parceiro na sua implementação e o apoio do Governo Federal.

Após algumas tentativas de mobilização junto ao ponto focal do PNPSB no Piauí (Sr. Tadeu da EMATER) este ano, conforme descrito nos produtos anteriores, com o apoio desta consultoria foi possível realizar uma reunião da CT, que contou com a participação de 26 pessoas de 12 instituições, nos dias 16 e 17 de outubro de 2012, no auditório da

EMATER, em Teresina/PI (Anexo 2).

Na reunião foi feita uma contextualização ou resgate do que é a CT e como ela se constituiu, bem como foram apresentadas as experiências da UEPI, com a pesquisa e inovação para os derivados de babaçu; da organização Centro Cocais, com a organização produtiva de grupos agroextrativistas; do SEDET, com a inovação e transferência de tecnologia para a extração de pó cerífero de carnaúba; da GIZ com o apoio a grupos agroextrativistas de jaborandi em assentamentos de reforma agrária; e outras relacionadas a cadeias produtivas da sociobiodiversidade (buriti, pequi, umbu, fava-de-bolota, etc.).

A reunião foi muito importante para a retomada da CT; o clima entre os participantes foi de colaboração para o fortalecimento da instância, pois percebem que podem captar recursos e discutir prioridades para o fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade no estado e junto ao Governo Federal, principalmente porque a produção extrativista não é considerado prioritária no Estado, mesmo sendo, por exemplo, a produção de pó cerífero de carnaúba o terceiro produto de exportação do Estado. Ficou claro na reunião, que a CT deve ser fortalecida para fazer com que o Estado enxergue este potencial e apoie as cadeias produtivas.

Apesar do momento favorável para a retomada, na prática, apesar de haver inclusive um plano de ação, em 2012 a CT não operou e a agenda do PNPSB não foi internalizada pelo Estado que só atuou enquanto havia apoio do Governo Federal. Mesmo o GT do babaçu, nunca operou.

A composição oficial do GT, segundo o artigo 3º da Portaria Portaria GAB. DIGER/056/2011 (Anexo 1), é a seguinte:

- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural do Piauí – SDR, através do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – EMATER;
- Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, por meio da Superintendência Regional no Piauí;
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, através da Superintendência Regional no Piauí;
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR;
- Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário – DFDA/PI;
- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, através da Regional Piauí;

- Centro de Educação Popular Esperantinense – CEPES;
- Grupo Coisa de Nego;
- Associação Regional das Escolas Família Agrícola do Piauí – AEFAPI;
- Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Território dos Cocais – CITCocais;
- EMBRAPA.

2.3 Estado do Maranhão

No Maranhão a internalização da estratégia colegiada do PNPSB se deu com a criação do GT do babaçu e apoio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDAGRO) como ponto focal do PNPSB. Inicialmente o GT teve boa mobilização e atuação, principalmente em 2010, enquanto havia ambiente institucional favorável, muito em razão do apoio do Governo Federal.

Com o apoio da Coordenação do PNPSB o GT participou de várias reuniões e eventos entre 2010 e 2011, sempre com representantes do Governo Federal e de órgãos e organizações estaduais (ASSEMA, AGERP, CENTRU, FETAEMA, COOPERVERDA, MIQCB, etc.).

Foram realizadas visitas técnicas, reuniões, seminários, visando articular o fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu, principalmente junto ao Governo Federal.

Com o apoio da Gerência de Agroextrativismo do MMA, foi elaborado um projeto visando a captação de recursos do MCTI para implantação de máquinas para o aproveitamento integral de coco babaçu.

Ajudaram e organizar e participaram também da missão técnica sobre o aproveitamento integral do coco babaçu.

Participaram da reunião de pontos focais do PNPSB, em Brasília.

Apesar de todo o esforço de articulação, mobilização e apoio, principalmente do PNPSB, não foram feitas mais reuniões, principalmente porque a SEDAGRO foi destituída e a ponto focal (Sra. Leida) foi disponibilizada para outra secretaria, resultando na ausência de alguém que mobilize o GT, bem como de um órgão do Estado que ancore a estratégia.

Considerando o exposto, o GT do babaçu do Maranhão funcionou bem enquanto havia apoio do Governo Federal e também da SEDAGRO, mas dispersou influenciando na desmobilização da estratégia.

Até o presente, conforme descrito nos produtos anteriores desta consultoria, o

Governo do Estado ainda não indicou o órgão que será ponto focal do PNPSB no Maranhão.

Dessa forma, em 2012 o GT não realizou reuniões ou participou de eventos, enquanto instância de Gestão do PNPSB, mesmo com a tentativa de organizar tais reuniões, por parte desta consultoria, conforme já relatado nos produtos anteriores.

Em contato com o Ponto Focal do Estado na SEDAGRO, Sra. Leida, questionei se ainda seria possível realizar uma reunião de retomada do GT ainda em 2012, considerando que o contrato desta consultoria se encerrará em janeiro de 2013. Segundo a Sra. Leida, o Governo do Estado é quem deve indicar como será a continuidade da estratégia.

A composição oficial do GT, segundo o artigo 2º da minuta de Portaria SEDAGRO (Morita, 2010) é a seguinte:

- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário – SEDAGRO;
- Secretaria de Estado de Igualdade Racial – SEIR;
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA;
- Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca - SAGRIMA, através da Agencia Estadual de Assistência Técnica e Pesquisa Agropecuária;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Delegacia Federal do Maranhão – MDA/DFDA;
- Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, por meio da Superintendência Regional do Maranhão;
- Secretaria de Estado de Saúde, por meio da Superintendência de Vigilância Sanitária Estadual/MA;
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA/MA;
- Ministério do Meio Ambiente, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO-MA;
- Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU/MA;
- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB;
- Associação em Áreas de Assentamento no Estado no Maranhão – ASSEMA;
- Coordenação e Articulação das Organizações Indígenas do Estado do Maranhão – COAPIMA;
- Central de Cooperativas Agroextrativistas do Estado do Maranhão – CCAMA;
- Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas do Lago do Junco –

COPPALJ;

- Cooperativa de Serviços Técnicos – COOSERT;
- União do Clube de Mães de Itapecuru;
- Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da RESEX Siríaco – ATARECO;
- Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Maranhão.

2.4 Estado do Tocantins

No Estado do Tocantins, a internalização da instância de gestão do PNPSB se deu com a constituição da Câmara Técnica dos Produtos da Sociobiodiversidade (CTPS) ligada ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS) (Tocantins, 2010), e do GT do babaçu ligado à CTPS.

Este é o único Estado, considerando o foco de atuação desta consultoria, que tem mobilizado a instância de gestão do PNPSB, conforme descrito nos produtos anteriores, contando com recursos próprios, um plano de ação e apoio da SEAGRO (ponto focal do PNPSB).

A CTPS tem participado ativamente de vários eventos mesmo antes de sua criação oficial. Este ano foram realizadas várias reuniões, conforme descrito nos produtos anteriores desta consultoria, sendo que a última reunião foi realizada nos dias 23 e 24 de outubro no auditório da SEAGRO, em Palmas/TO (anexo 3).

Apesar da mobilização positiva e apoio do Estado, para o ano de 2013 não há recursos previstos para a continuidade da instância de gestão por parte do Estado e os membros da CTPS pretendem articular a inclusão de recursos no PPA para a continuidade.

A composição oficial da CTPS, segundo o § 1º do artigo 3 da Resolução CEDRUS nº 001/2010 (Tocantins, 2010), é a seguinte:

- 04 entidades do Governo Estadual que atuam nas áreas de Desenvolvimento Sustentável e Agricultura Familiar;
- 02 entidades do Governo Federal que atuam nas áreas de Desenvolvimento Sustentável, Sociobiodiversidade e Agricultura Familiar;
- 02 entidades da academia (universidade públicas e instituição de pesquisa) que atuam com o desenvolvimento rural sustentável;
- 02 representantes de organizações do agroextrativismo;
- 02 representantes dos trabalhadores rurais e agricultores familiares;

- 01 representante de entidade sem fins lucrativos, envolvidas com desenvolvimento sustentável e agricultura familiar;
- 01 representante de empreendimento da economia solidária;
- 01 representante do sistema S;
- 01 representante de ATER e Assessoria Técnica.

Considerando que, mesmo com a boa mobilização do Ponto Focal, alguns dos membros oficiais ainda não participaram de reuniões da CTPS, por isso será feita a revisão dos membros.

Na última reunião foram discutidos os temas prioritários elencados no Plano de Ação, conforme descrito nos produtos anteriores desta consultoria. Os encaminhamentos foram os seguintes (anexo 4):

1. Revisão e oficialização dos membros da CTPS TO envio de ofícios para os órgãos e organizações identificadas na tabela de ontem.
2. Articulação com intuito ecológica - não andou. Marta vai falar pessoalmente com eles para a elaboração de propostas de projetos via ONGS:
 - Verificar com outras ONGS
 - RURALTINS também pode elaborar propostas para editais
3. RURALTINS irá verificar situação do convênio da fábrica de sabão em Sete Barracas com Ministério da Integração.
4. Fabio vai levar a proposta de revitalização da fábrica para FBB (Banco do Brasil)
5. Enviar a carta para o presidente do ICMBio (sobre a RESEX do extremo norte)
6. Levar a discussão do sistema de inspeção municipal para o CEDRUS, ampliar a discussão.
7. Realizar levantamento de preços dos produtos da sociobiodiversidade para verificar se estão sendo negociados abaixo do preço mínimo – CNS, MIQCB e ARENT.
8. Enviar ofício ao MDA para solicitar a Praça da Sociobiodiversidade na Agrotins.

3. REUNIÃO COM O MIQCB SOBRE O FUNDO DO BABAÇU

Além das reuniões realizadas no Piauí (item 2.2) e Tocantins (item 2.4), a convite do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, participei da reunião sobre o Fundo Babaçu, nos dias 10 e 11/10/2012, em razão de minha experiência profissional com a criação e fortalecimento de fundos socioambientais públicos. Também foram convidadas para contribuir na reunião a Sra. Isabel Figueiredo do Instituto

Sociedade População e Natureza - ISPNA, que gerencia o PPP-ECOS (Programa de Pequenos Projetos Ecossociais), e Ângela da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE (anexo 5).

Participaram da reunião 22 pessoas, em sua maioria representantes do MIQCB e instituições parceiras.

Foi feita uma contextualização sobre o Fundo Babaçu, um fundo privado que nasceu a partir de um recurso oriundo de acesso ao patrimônio genético pela empresa Natura.

A partir das experiências apresentadas pelos convidados, a ideia da reunião foi de subsidiar a continuidade do Fundo, inicialmente a partir da captação de recurso do Fundo Amazônia, contando também com recursos da Fundação Ford.

Discutimos sobre as formas de seleção de projetos, linhas de apoio, constituição do conselho gestor, área de atuação, orientações sobre elaboração e execução de projetos e demais assuntos, conforme descrito na memória da reunião (anexo 5).

4. CONCLUSÃO

Exceto pela Câmara Técnica do Tocantins, todas as outras instâncias de gestão do PNPSB nos Estados prioritários para a cadeia produtiva do babaçu não estão operando, em razão desta agenda não ter sido incorporada de forma estratégica, como política pública continuada pelos Estados.

Enquanto houve apoio da Coordenação do PNPSB que animou essas instâncias de gestão, foi possível mobilizar e mantê-las conectadas à estratégia do Governo Federal. Isso aconteceu entre 2009, e final de 2011 quando a própria Coordenação e Secretaria foram desmobilizadas.

Tanto nos Estados como no Governo Federal, a organização do PNPSB de forma colegiada funcionou enquanto haviam recursos financeiros e principalmente humanos que animavam o grupo e promoviam importantes discussões e subsídios para a execução da estratégia de fortalecimento das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade.

Poderia-se concluir que a agenda não foi internalizada, o que não seria verdade se considerarmos que os empreendimentos da agricultura familiar tem influenciado nas políticas públicas, participado de feiras e eventos, acessado mercados, etc. Ou seja, se analizarmos o plano de ação 2011/2014 é possível verificar que as metas vem sendo atingidas, entretanto, neste ano não aconteceram reuniões de pontos focais, tão pouco reuniões de avaliação do PNPSB e apenas uma reunião de coordenação aconteceu, na qual foi encaminhado que o MMA seria a Secretaria do PNPSB (antes do MDA) e

promoveria a mobilização das instâncias de governança e mobilização da estratégia.

Ressalta-se que mesmo o plano de ação 2011/2014 não norteia mais a estratégia visto que não vem sendo mais seguido enquanto instrumento de planejamento o que contribui para a desmobilização da estratégia do PNPSB.

De forma geral, a constituição oficial das instâncias de gestão do PNPSB nos estados prioritários para a cadeia produtiva do babaçu precisam ser revistas, mesmo no Tocantins, conforme descrito no item 2.4 deste relatório.

O andamento das instâncias de gestão depende de recursos financeiros para a realização das ações e humanos para a animação dos participantes. Nesse sentido, repactuar a estratégia junto aos estados é essencial para a continuidade da estrutura colegiada do PNPSB e internalização das políticas públicas com a participação da sociedade de forma geral.

Considerando o exposto, sugere-se que seja feita uma reunião de Coordenação do PNPSB para avaliar a continuidade e a repactuação com os Estados, bem como a realização de uma reunião de pontos focais a fim de avaliar o plano de ação 2011/2014.

5. INSUMOS

Quando da entrega e aprovação do Produto 03 desta Consultoria, foi efetuado o pagamento de R\$ 15.559,50 (Quinze mil quinhentos e cinquenta e nove reais e conquenta centavos).

Embutido neste valor bruto, consideram-se:

1. O pagamento pelos serviços prestados;
2. Os gastos com deslocamentos e hospedagem, na realização dos serviços prestados;
3. O Imposto de Renda (27,5 % do total recebido).

Considerando o exposto, no desenvolvimento dos trabalhos relacionados a este produto 04, foram feitas três viagens com recursos desta consultoria, sendo:

- 01 (uma) viagem para o São Luis/MA (item 3 deste relatório);
- 01 (uma) viagem para Teresina/PI (item 2.2 deste relatório);
- 01 (uma) viagem para Palmas/TO (item 2.4 deste relatório).

Conforme orientação da Gerência de Agroextrativismo do MMA, para as viagens de trabalho no âmbito desta Consultoria, deve-se considerar os valores estabelecidos pelo Decreto nº 6.907/2009, para cargos de nível superior, no cálculo dos gastos efetuados com as diárias (hospedagem e alimentação), sendo que a comprovação do período de

trabalho deve ser feita com a apresentação dos comprovantes de viagens (bilhetes de embarque) de ida e volta, nos deslocamentos feitos durante a execução dos serviços.

A seguir, será feito o detalhamento dos gastos efetuados na execução dos trabalhos desenvolvidos neste Produto 4.

5.1 Insumos utilizados nas viagens para São Luis/MA e Teresina/PI

As viagens para participar da Reunião do Fundo Babaçu (item 3) e Reunião do GT do Babaçu do Piauí (item 2.2) foram realizadas em bloco para economizar recursos. Os gastos realizados no período entre uma reunião e outra (12 a 15/10/12), não correram às custas dos recursos desta consultoria, pois representam despesas pessoais e por isso não foram contabilizados nesta prestação de contas.

As viagem para São Luis/MA consumiu o período entre 10 e 11/10/2012, totalizando 02 (dois) dias de trabalho, conforme descrito no item 3 deste relatório e na Tabela 1; e a viagem para Teresina/PI consumiu o período entre 15 e 18/10/12, totalizando 03 (três) dias de trabalho, conforme descrito no item 2.2 deste relatório e na Tabela 1.

Tabela 1 – Deslocamentos realizados para a participação desta consultoria na Reunião do Fundo Babaçu e Reunião da Câmara Técnica da Sociobiodiversidade do Piauí

	Cidade		Partida		Chegada		Observação
	De	Para	Data	Hora	Data	Hora	
ida	Brasília/DF	São Luis/MA	10/10/12	00h30	10/10/12	03h24	E-ticket TAM: 957 2455894852
ida	São Luis/MA	Teresina/PI	15/10/12	18h50	15/10/12	19h45	Localizador GOL: QJM6MR
volta	Teresina/PI	Fortaleza/CE (conexão)	18/10/12	03h55	18/10/12	05h00	Localizador GOL: O5BJMB
volta	Fortaleza/CE (conexão)	Brasília/DF	18/10/12	05h25	18/10/12	08h05	

Foram gastos com os deslocamentos descritos na Tabela 1, R\$ 756,55

(Setecentos e Cinquenta e Seis Reais e Cinquenta e Cinco Centavos), sendo:

- R\$ 240,13 (Duzentos e Quarenta Reais e Treze Centavos) na ida de Brasília/DF para São Luis/MA (anexo 6);
- R\$ 142,47 (Cento e Quarenta e Dois Reais e Quarenta e Sete Centavos) na ida de São Luis/MA para Teresina/PI (anexo 7);

- R\$ 373,95 (Trezentos e Setenta e Três Reais e Noventa e Cinco Centavos) na volta de Teresina/PI para Brasília/DF (anexo 8).

Os comprovantes de embarque, descritos na Tabela 1, encontram-se no anexo 9.

Considerando os valores do Decreto nº 6.907/2009, **foram gastos com alimentação e hospedagem R\$ 1.193** (Mil cento e noventa e três reais), sendo:

- R\$ 401,20 (Quatrocentos e um reais e vinte centavos) com 02 (duas) diárias em São Luis/MA;
- R\$ 95,00 (Noventa e cinco reais) em auxílio (acréscimo) embarque e desembarque na viagem à São Luis/MA;
- R\$ 601,80 (Seiscentos e um reais e oitenta centavos) com 03 (três) diárias em Teresina/PI;
- R\$ 95,00 (Noventa e cinco reais) em auxílio (acréscimo) embarque e desembarque na viagem à Teresina/PI;

Considerando o exposto, **foram gastos nas viagens a São Luis/MA e Teresina/PI o total de R\$ 1.949,55** (Mil novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

5.2 *Insumos utilizados na viagem para Palmas/TO*

A viagem para participar da reunião da CTPS/TO em Palmas/TO, consumiu o período entre foi realizada no período entre 22 e 25/10/12, totalizando 03 (três) dias de trabalho, conforme descrito no item 2.4 deste relatório e na Tabela 2.

Tabela 2 – Deslocamentos realizados para a participação desta consultoria na Reunião da Câmara Técnica da Sociobiodiversidade do Tocantins

	Cidade		Partida		Chegada		Observação
	De	Para	Data	Hora	Data	Hora	
ida	Brasília/DF	Cavalcante /GO (conexão)	22/10/12	18h30	22/10/12	23h00	Passagem rodoviária REAL MAIA nº 15.213
ida	Cavalcante /GO (conexão)	Palmas/TO	22/10/12	23h00	23/10/12	08h00	Passagem rodoviária REAL MAIA nº 15.214
volta	Palmas/TO	Brasília/DF	24/10/12	19h30	25/10/12	09h00	Passagem rodoviária REAL MAIA nº 15.215

Os insumos gastos com os deslocamentos descritos na Tabela 2, totalizaram R\$ 211,50 (Duzentos e onze reais e cinquenta centavos), sendo:

- R\$ 42,52 (Quarenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), na ida de Brasília/DF para Cavalcante/GO;
- R\$ 73,98 (Setenta e três reais e noventa e oito centavos), na ida de Cavalcante/GO para Palmas/TO;
- R\$ 95,00 (Noventa e cinco reais), na volta de Palmas/TO para Brasília/DF.

Os comprovantes dos gastos supracitados e de embarque (bilhetes de passagens nº 15.213, 15.214 e 15.215), descritos na Tabela 2 encontram-se no anexo 10.

Considerando os valores do Decreto nº 6.907/2009, **foram gastos com alimentação e hospedagem R\$ 696,80** (Seiscentos e noventa e seis reais e oitenta centavos), sendo:

- R\$ 601,80 (Seiscentos e um reais e oitenta centavos) com 03 (três) diárias em Palmas/TO;
- R\$ 95,00 (Noventa e cinco reais) em auxílio (acréscimo) embarque e desembarque na viagem à Palmas/TO;

Considerando o exposto, **foram gastos na viagem à Divinópolis/TO o total de R\$ 908,30** (Novecentos e oito reais e trinta centavos).

5.3 Total de insumos gastos com os trabalhos desenvolvidos no Produto 4

Considerando os deslocamentos descritos nos itens 5.1 e 5.2 deste relatório, foram gastos o total de R\$ 2.857,85 (Dois mil oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), com os deslocamentos e hospedagens, durante os trabalhos deste Produto 4.

BIBLIOGRAFIA

CEARÁ (Estado). **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário - SDA**. Portaria nº 1.246, de 25 de novembro de 2010. Dispõe sobre a criação do GT do Babaçu do Ceará. Fortaleza, 2010.

MORITA, J. **Produto 6 - Sistematização e Avaliação das Ações Realizadas no âmbito do Plano de Ação Governamental da Cadeia Produtiva do Babaçu**. Brasília: Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, 2010.

MORITA, J. **Produto 4 - Constituição dos Grupos de Ação por Cadeia**. Brasília: Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, 2010.

TOCANTINS (Estado). **Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRUS**. Resolução nº 001, de 07 de junho de 2010. Dispõe sobre a criação e funcionamento da Câmara Técnica do Produtos da Sociobiodiversidade – CTPS. Palmas, 2010.

ANEXOS

Anexo 1



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ
Vinculado à SDR



PORTARIA CRIAÇÃO GRUPO DE TRABALHO DO BABAÇU

PORTARIA GAB. DIGER/ 056 /2011

O Diretor Geral do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – Emater, no uso das atribuições que lhe confere o Regulamento deste Instituto, Decreto nº 11.414, de 11 de junho de 2004;

Considerando que a cadeia produtiva do coco babaçu é muito importante para a sustentabilidade social, ambiental e econômica dos extrativistas, em especial as Quebradeiras de Coco Babaçu, no Estado do Piauí em seus vários Territórios, muito fortemente nos Territórios dos Cocais e Entre Rios.

Considerando que os extrativistas do babaçu são todos agricultores familiares e vivem desta atividade e que a cadeia produtiva do coco babaçu está sendo trabalhada em âmbito nacional devido a sua relevância socioeconômica e ambiental, beneficiando cerca de 400 mil famílias e 1.000.000 de pessoas direta ou indiretamente envolvidas.

Considerando a necessidade de conservação, preservação e uso sustentável dos babaçuais.

Considerando a realização do Workshop Nacional do Babaçu, realizado nos dias 04 e 05 de novembro de 2009, que contou com representantes do Governo Federal e representante dos Estados do Ceará, Maranhão, Tocantins, Piauí, e Pará, onde foi validado o Plano de Ação Governamental para a Cadeia Produtiva do Coco Babaçu.

Considerando ainda que os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Companhia Nacional de Abastecimento estão implementando o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade através de políticas pública do Governo Federal instituída através da Portaria Interministerial nº 239 de 21 de julho de 2009 onde o EMATER é o ponto focal do governo do Estado do Piauí.

RESOLVE:

Artigo - 1º Criar o Grupo de Trabalho de Promoção da Cadeia Produtiva do Coco Babaçu, com as seguintes atribuições:

I – Acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do Plano de Ação Nacional para a Cadeia Produtiva do Coco Babaçu;



II – Elaborar e implementar o Plano de Ação Estadual, em consonância com o Plano de Ação Nacional para a Cadeia Produtiva do Coco Babaçu;

III – Definir os municípios e ações prioritárias do Plano Estadual da Cadeia Produtiva do Coco Babaçu;

IV – Acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do Plano de Ação Estadual;

V – Apoiar o processo de organização social e produtiva das Quebradeiras de Coco Babaçu;

VI – Propor a adequação das Políticas Públicas à realidade das famílias das Quebradeiras de Coco Babaçu;

VII – Apresentar aos órgãos de fiscalização ambiental denúncias sobre devastação dos babaçuais (queimadas ilegais, queima do coco inteiro, desmatamentos...), cobrar e acompanhar as providências imediatas cabíveis;

VIII – Apoiar ações de desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Coco Babaçu com vistas ao extrativismo sustentável, através do aumento da produção, das boas práticas de manejo, da qualidade dos produtos e a ampliação dos canais de comercialização e

IX – Apoiar a promoção de estudos e pesquisas voltados a Cadeia Produtiva do Coco Babaçu no Estado do Piauí.

Artigo - 2º O Grupo de Trabalho será coordenado pelo EMATER, por meio da Coordenadoria de operações do EMATER.

Artigo - 3º O Grupo de Trabalho será representado por um Titular e um Suplente e terá a seguinte composição:

- a) Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural do Piauí – SDR, através do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – EMATER;
- b) Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, por meio da Superintendência Regional no Piauí;
- c) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, através da Superintendência Regional no Piauí;
- d) Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR; ✓
- e) Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário – DFDA/PI;

Rua João Cabral, s/n – Bairro Pirajá – Cx. Posta 1339 – CEP: 64002-150 – Teresina-PI
PIPABX 0XX86 3216-3854 – E-mail: emater@emater.pi.gov.br



- f) Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, através da Regional Piauí;
- g) Centro de Educação Popular Esperantinense – CEPES;
- h) Grupo Coisa de Nego;
- i) Associação Regional das Escolas Família Agrícola do Piauí – AEFAPI; ✓
- j) Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Território dos Cocais – CITCocais;
- k) EMBRAPA Meio – Norte;
- l) GTZ – Agência de Cooperação Alemã.

Artigo - 4º O Grupo de Trabalho reunir-se-á com a presença de pelo menos a metade mais um dos seus membros.

Artigo - 5º As matérias a serem submetidas à apreciação do Grupo de Trabalho, podem ser apresentadas por qualquer um dos seus integrantes.

Artigo - 6º Os representantes de que trata o Art. 3º serão indicados pelos titulares dos órgãos e instituições e designados em portaria pelo EMATER.

Artigo - 7º O Coordenador poderá convidar para participar das reuniões, em seu nome ou por indicação dos integrantes do Grupo de Trabalho, personalidades, especialistas, pesquisadores e outros representantes dos governos federal, estadual e municipal, da sociedade civil, do setor empresarial, de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, em função da matéria constante da pauta, sempre que entender necessária sua colaboração para o alcance do objetivo do Grupo de Trabalho.

Artigo - 8º A participação dos membros do Grupo de Trabalho é considerada serviço público de natureza relevante, não remunerada.

Artigo - 9º O Grupo de Trabalho deverá reunir-se ordinariamente a cada 3 (três) meses e extraordinariamente, quando houver necessidade, e apresentar a Coordenação do Plano Nacional e ao EMATER relatórios de suas atividades.

Rua João Cabral, s/n – Bairro Pirajá – Cx. Posta 1339 – CEP: 64002-150 – Teresina-PI
PABX 0XX86 3216-3854 – E-mail: emater@emater.pi.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ

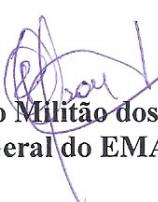
Vinculado à SDR



Artigo - 10º O não comparecimento, em duas reuniões ordinárias consecutivas, sem justificativa formalizada a coordenação do Grupo de Trabalho, acarretará a exclusão dessa entidade ou órgão, cabendo ao Grupo de Trabalho a indicação de sua substituição.

Artigo - 11º Apresente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE


Romualdo Militão dos Santos
Diretor Geral do EMATER

Rua João Cabral, s/n – Bairro Pirajá – Cx. Posta 1339 – CEP: 64002-150 – Teresina-PI
PABX 0XX86 3216-3854 – E-mail: emater@emater.pi.gov.br

Anexo 2

Reunião Câmara Técnica dos Produtos da Sociobiodiversidade do Piauí

Teresina, PI, 16 e 17 de outubro de 2012

Fábio Wesley de Melo

Introdução

A convite do ponto focal do PNPSB no PI, Sr. Tadeu da EMATER, participei da reunião como Consultor do PNPSB para a Cadeia Produtiva do Babaçu, para contribuir com a retomada da Câmara Técnica da Sociobiodiversidade do PI. No primeiro dia aconteceu uma prévia, apenas com representantes da EMATER e SDR onde ficou combinada a seguinte pauta:

Participantes

26 pessoas participaram da reunião, entre representantes das seguintes instituições: INCRA, SASC, SDR, EMATER, CAMP, UESPI, SEMAR, SEDET, CONAB, CENTRO COCAIS e GIZ (lista de presença em anexo).

Contextualização da CT Sociobio. PI

Anterior a CT, na estratégia do PNPSB foi criado o GT do Babaçu do PI. O GT nunca operou, não há apoio financeiro do Estado para a mobilização dos participantes e o esforço de articulação do ponto focal (EMATER) está ligado à pessoa do técnico, Sr. Tadeu. Da mesma forma que o GT, a CT também nunca operou, apesar de haver portaria que oficializa a instância de gestão do PNPSB.

Exceto pelos eventos realizados pela Coordenação do PNPSB que contaram com a participação do ponto focal do PI, não foram realizados outros eventos pelo GT ou CT.

Há expectativa de retomada da instância de governança do PNPSB no PI, via CT com a participação de instituições das cadeias produtivas do babaçu, buriti, carnaúba, jaborandi, umbu e pequi.

Questionaram sobre como o Governo Federal pode ajudar, para solucionar os gargalos da CT. Como fortalecer a relação interinstitucional no estado visando o compromisso com o PNPSB?

Mesa de abertura, Sr. Nouga, vice-reitor da UEPI

Apresentou a experiência da UEPI com a cadeia produtiva do babaçu, principalmente no que se refere à pesquisa e desenvolvimento tecnológico

relacionado à espécie de forma geral, a microbiologia, química de transformação do óleo, desenvolvimento de medicamentos a partir do mesocarpo, patente de cola vegetal de mesocarpo, etc.

São 3 anos de pesquisa científica, que resultou em capacidade instalada de infraestrutura para o babaçu, que pode ser utilizada também para outras cadeias produtivas da sociobiodiversidade. O babaçu justificou a captação de recursos para a realização dessas pesquisas, mas a ideia da UEPI é ampliar, por exemplo, na linha de pesquisa e desenvolvimento de MDF, carvão e corte eficiente do coco. A ideia é agregar valor aos derivados do coco babaçu.

Mesa de abertura, D. Rosa, Centro Cocais

Trabalham com babaçu, jaborandi e pequi, na organização produtiva de grupos de extrativistas e agricultores familiares, elaboração de Planos de Negócio, apoio na comercialização da produção. Tem parceria com MIQCB, GIZ, INCRA, etc.

Sentem necessidade de uma articulação maior com o GT do babaçu e CT Sociobio. PI, que pode ajudar no fortalecimento do extrativismo que não é prioridade no estado. Estão dispostos a contribuir e questionam como tocar a CT no estado a partir de agora? Como dar um novo rumo estratégico e não apenas pontual?

Informaram que a realidade da PGPM Bio mudou e por isso, o preço mínimo para a amêndoia de babaçu não reflete mais a realidade. Precisa ser revisto. Como articular isso com a CONAB? A CT pode facilitar este diálogo.

Apresentação de Ivani, SEDET

Apresentou a experiência de inovação e transferência de tecnologia para a extração de pó cerífero de carnaúba, na região de Campo Maior e Coivara, no PI. Há pouco apoio na fase de extração, as relações são informais e facilitadas por atravessadores, os extrativistas não são proprietários das terras onde tem carnaúba os obriga a entrar em propriedades privadas para extraír as folhas de carnaúba o que tem gerado conflitos com os proprietários das terras. A produção extrativista é arcaica, perde muito na secagem, tanto quantidade como qualidade da cera.

Na ponta da cadeia produtiva os empreendimentos são bem organizados, as relações são formais e a indústria do estado refina a cera que pode ser vendida no exterior. A cera de carnaúba é o terceiro produto em exportações do estado. Metade dos municípios do PI produzem cera de carnaúba.

Desenvolveram um modelo de estufa para a secagem da palha de carnaúba, para a extração eficiente de cera. O modelo foi patenteado pela UEPI e aguarda

termo de cessão para o uso da patente. Um secador custa entre R\$ 12.000,00 a R\$ 15.000,00, no âmbito do projeto serão instaladas 20 unidades demonstrativas.

A CT poderia ajudar na articulação para acelerar a liberação das patentes para a implantação das unidades demonstrativas.

Apresentação de Jairo, GIZ

Apresentou experiência de extrativismo de jaborandi com apoio da GIZ no território dos cocais em uma PSE com uma empresa de Parnaíba que extrai a pilocarpina para a produção de colírio para glaucoma.

O trabalho foi de fortalecimento das entidades de extrativistas dos assentamentos de reforma agrária. 2012 é o último ano da parceria que mudou a vida dos extrativistas ao eliminar a ação dos intermediários/atravessadores entre a base da cadeia produtiva e as indústrias de manufatura. No início da parceria o preço da folha de carnaúba era de R\$ 0,60/kg e hoje o preço é de R\$ 5,00kg.

O extrativismo precisa ser pensado no estado como uma estratégia de desenvolvimento. Por exemplo a carnaúba é o terceiro produto em exportação no Piauí, mas ainda assim não há uma política de apoio. A visão do estado é desviada apenas para a agropecuária.

Como a Câmara Técnica pode contribuir para a continuidade da PSE do jaborandi e também, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

Encaminhamentos

1. Aproximar a SEMA (manter diálogo) da Câmara Técnica;
2. Ver como a SEMA pode apoiar a retomada da Câmara Técnica, com recursos existentes;
3. Atentar para as Chamadas Públicas de ATER do MDA;
4. Realizar reunião específica com as entidades ambientais para casar ações, visando fortalecer o extrativismo no PI;
5. Realizar reunião com municípios com potencial extrativista (novos prefeitos);
6. Avaliar como trabalhar o ICMS ecológico;
7. Articular edital da FAPEPI para bolsistas de pesquisa na área do extrativismo;
8. Aproximar o ICMBio e o SEBRAE;
9. Fica instituída a seguinte comissão provisória que deverá se reunir para dar prosseguimento aos encaminhamentos:
 - SASC;

- EMATER;
- SEMAR;
- SDR;
- CONAB.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL – SDR

REUNIÃO SOBRE ARRANJOS PRODUTIVOS DO BURITI, BABAÇU, CARNAÚBA e JABORANDI

LOCAL: AUDITÓRIO DA SDR

DIA: 17/10/2012 de 9:00h às 17:00 horas.

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL
1.	Paulo Furtado	INCA	9930.6600	paulo.furtado@tsa.infra.gov.br
2.	JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA	SASC	9443.6296	jroliveira@raagro@yahoo.com.br
3.	Adalberto Pururu da SDR	SDR	9920.0396	adalpssd1@yahoo.com.br
4.	Francisco Lima	INCA	9446-0422	frs.lima@raa.inca.gov.br
5.	José Antônio Nogueira Góes	EMATER - INHUMA - PI	9922.8606	zeairtonogueira@hotmail.com
6.	ARIÓSTO PINHEIRO LOPES	EMATER - BOM JESUS - PI	(86)9408-5836	ariostopinheirolopes@hotmail.com
7.	Rosa Souza da Silva	CAMP	94324106	Rosa.souza@raa.bols.com.br (bol)
8.	Júlia no cultivo de Bambu	UESPI	8867-5244	sbarbeiro@yahoo.com
9.	W. F. Góes de S. Lima	UESPI	8805-3878	fogines@yahoo.com.br
10.	Marcelo Faria	SEMAR	9991-1523	mamorimfaria@gmail.com
11.	TIAGO RIBEIRO PATRÍCIO	BABAÇU	9912.1500	RP.TIAGO@GMAIL.COM
12.	Marcos de Souza Góes	BPBOPU	9455.1233	Marcos.souza.gomes@hotmail.com
13.	Fernanda Gonçalves Almeida	SEDET	8855-1435	almeida.fernanda@gmail.com
14.	Fernando União da Oliveira Lima	GONAB-PI	9981-0453	fernando.lima@conde.gov.br
15.	MAURICIO RODRIGUES	CENTRO LOCAIS	81116839	Mauricio.w4@HOTMAIL.BR
16.	Paulo Soares Antunes	G.I.Z	9971-6068	pauro.antunes@bol.com.br
17.	Rosa, Maria Mila Lima	Centro COCAIS	8117.2077	rosa.maria@hotmail.com
18.	Paulo Gonzaga Barbosa	EMTER	8110.9600	Jaborandi57@yahoo.com.br
19.	EVANDEO A. da Silva	EMATER-PI ESTADUAL	(86)4801-7630	EVANDEO-18@BOL.COM.BR
20.	POUCAU - HO MINHÓ	EMATER - DÍGUA	(86)346.3858	emoter@emoter.pi.jes.br

21	MARIA IVANI LAGES GONCALVES	SEDET / DIR. INDUSTRIA	86.3211.0441	marilages@gmail.com
22	GILSON NOURA Pires de Melo	SORI/82	86-9983-2288	gilsonmnm@gmail.com.br
23	ALVANO RAMOS	S.D.N - NAF	86 99701126	1971NAT000001361-0001-BN
24	JOSE TADEU SANTOS BRUNI	Ponto Foco/EMATER	(86) 99880021	diviajatudo@gmail.com.br
25	Nouga Endres Batista	UESPI	(86) 88834483	nouga.batista@gmail.com
26	Fabio Wesley de Melo	PNPSB/MMA	(61) 99752717	fabio.wmelo@gmail.com
27				
28				
29				
30				
31				
32				
33				
34				
35				
36				
37				
38				
39				
40				
41				
42				

Anexo 3



GOVERNO DO
ESTADO DO TOCANTINS
www.to.gov.br

SECRETARIA DA
AGRICULTURA, DA PECUÁRIA
E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
www.seagro.to.gov.br

CONVITE

A Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário através de sua Superintendência de Assentamentos e Pequenas Propriedades, convida para uma reunião da **Câmara Técnica da Sociobiodiversidade**, com a presença do Consultor Nacional do Babaçu do Ministério do Meio Ambiente, Fábio Melo, a realizar-se no dia **23 e 24 de outubro**, no Auditório desta Pasta, localizada à Av. NS 10, Qd.112 Norte, s/n, Palmas - TO. (Antigo Palacinho)

Segue a programação:

Dia: 23/10/2012

Manhã - recepção dos participantes do encontro
12h00min - Almoço
14h00min- Abertura
15h00min - Apresentação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade – MMA
16h00min - Câmara Técnica - Apresentação dos representantes e organização.
16h30min - Informes: MMA e CTS-SEAGRO
17h00min - Avaliação das ações e atividades propostas no encontro da Oficina e reunião de Divinópolis

Dia 24/06/2012

08h00min - Recursos para empreendimentos da sociobio e Chamadas Públicas
09h00min - Propostas e Encaminhamentos da CT da Sociobiodiversidade
11h00min Encerramento
11h30min - Almoço

Contamos com Vossa presença.

Ruiter Luiz Andrade Padua
Secretário Executivo

Anexo 4



GOVERNO DO
ESTADO DO TOCANTINS
www.to.gov.br

SECRETARIA DA
AGRICULTURA, DA PECUÁRIA
E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
www.seagro.to.gov.br

RELATÓRIO

EVENTO: OFICINA DA SOCIOBIODIVERSIDADE

LOCAL: AUDITÓRIO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CIDADE: PALMAS TOCANTINS.

DATA: 23 e 24-10-2012

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze as quatorze horas e trinta minutos, reuniram-se na sala de reuniões da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário com os seguintes participantes: Patrícia de Lourdes R. Rezende (**SFA-TO/MAPA**), Claudio Carvalho Araújo (**INCRA**), Francisco Mesquita dos Santos (**SEAGRO**), Francisca Marta Barbosa dos Santos (**SEAGRO**), Ruth Caetane Cardoso (**FETAET**), Alzeneide W. Batista (**CONAB**), Eduardo Mota Rocha (**CONAB**), Raimundo Vilar de Sousa (**AMPROL-Porto Nacional**), Maria das Graças de Souza (**AMPROL- Porto Nacional**), Thales Carol Cerqueira Falcão (**INCRA**), Geane de Souza Rodrigues (**RURALTINS**), Décio Rocha de Souza (**RURALTINS**), Rildon Silva Carneiro (**PREFEITURA SÃO MIGUEL**), José Garcia Pereira de Souza (**PREFEITURA SÃO MIGUEL**), Antônio Silva Souza (**CASB-Bico do Papagaio**), Eva Coelho Coutinho (**UFT**), Elane Souza Alves (**SEAGRO**), Maria Ângela G. O. Silva (**ASNEC**), Antônio Bezerra de Carvalho (**CNS- Bico do Papagaio**), Samuel dos Reis Vieira (**MDA**), Sales Lopes do Couto (**PREFEITURA MARIANÓPOLIS**), Iara Lucia de Souza Lima (**NATURALTINS**), José das Crianças Lopes da Costa (**SEAGRO**), Polyana de Souza Wanderley (**SEAGRO**), Fabio Wesley Melo (**Consultor – PNPSB- MMA**), Josiane de Souza Mendes (**SEAGRO-ASCOM**), Edvar Cardoso de Souza (**SEAGRO**), Angelina Souto Slelanello (**SEAGRO-DFCA**). A Sra. Francisca Marta Barbosa deu início a reunião dando boa tarde, agradeceu a presença de todos, em seguida leu a pauta da reunião e passou a palavra ao senhor Marcelo Gualberto, Superintendente dos Assentamentos e Agricultura Familiar que por sua vez falou da importância da Câmara Técnica e da participação no conselho, da discussão das políticas públicas e que as mesmas possam chegar nos ouvidos dos governantes tanto na esfera do governo estadual como federal, que é necessário que as mesmas sejam debatidas propostas que venham favorecer as famílias extrativistas do estado. Falou sobre a reunião e o que será discutido e a apresentação de planos de trabalhos, pediu desculpas pela ausência do secretário da agricultura, mas que o secretário executivo fará presente no decorrer da reunião. Em seguida o Sr. Fabio de Melo, falou sobre a importância da criação da Câmara Técnica da Sociobiodiversidade no estado do Tocantins e que é necessário que se coloque em prática todos projetos aqui discutidos e aprovados,

que somente através de diálogos será fortalecido e que o estado Tocantins é o único da região que está dando continuidade aos trabalhos da Câmara Técnica e que acha estratégico os trabalhos extrativistas. Que foram produzidos estudos em diversas modalidades, que poderão ser aproveitados de diversas maneiras como o carvão do coco babaçu, dentre outros. Cada estado tem que ter o seu próprio plano de ação. Francisca Marta, propos discutir e elaborar o plano de ação para ser encaminhado ao ministério, falou ainda que não somente os integrantes da Câmara Técnica, mas que todas as instituições foram convidadas a participarem, inclusive as que não fazem parte da Câmara Técnica e tem interesse de participar com ideias e apresentarem projetos. Em seguida todos foram convidados a se apresentarem pelo nome e a entidade que representam. Logo após foi entregue o informe de documentos encaminhados à Brasília atendendo algumas demandas de reuniões anteriores, principalmente no que se refere à reserva extrativista “RESEX” do extremo Norte do estado, instituído através do decreto de nº 535 de 20 de maio de 1992, no âmbito das ações da Eco 92, que compreende uma área de 9.280 hectares. Leu também o decreto de Lei com a resolução de nº 001 de 07 de junho de 2010 que dispõe sobre a criação e funcionamento da Câmara Técnica dos produtos da Sociobiodiversidade CTPS e do regulamento sobre a composição da mesma. Após lido o decreto de Lei, foi colocado a palavra aberta para entendimento da composição da mesma, foi mencionado sobre a importância participação dos agricultores propriamente dito e que outras instituições podem participar contribuindo para o desenvolvimento da mesma. Colocou a proposta aberta para sugestões de elaboração e reformulação do plano estratégico a ser encaminhado, e que a preocupação não é a penas formalizar a composição, mas sim de discutir projetos que venha trazer resultado às comunidades, e que foi discutido em Olinda, estado do Pernambuco na conferência Nacional de Desenvolvimento rural sustentável e Solidário, que haveria verbas disponíveis para execução de projetos e para a participação das organizações da sociedade civil organizada, mas na realidade não foi disponibilizado para execução das mesmas. Foi comentado por integrantes da Câmara Técnica que o processo é muito lento e que demora muito para surtir ou finalizar algum resultado, com relação à reserva RESEX, discutida ainda no ano de 1992, até os dias de hoje não saiu do papel, o que está acontecendo? É o governo estadual? é o governo federal? Onde estão ocorrendo às falhas, porque tanta demora? Houve questionamento com relação à finalização da proposta, se podia ser modificado ou acrescentado à mesma que hora já foi aprovada. Foi proposto que nesta reunião seria discutido as proposições a serem implantadas o ano que vem e as prioridades a serem trabalhadas no final do corrente ano e durante o ano de 2013. Fabio Melo, falou da estratégia para acessar os projetos e as facilidades para conseguir a disponibilidades dos mesmos através de recursos existentes ou disponíveis. Srª Marta, falou da discussão dos empreendimentos, para que possa estarem participando e disponibilizando os seus produtos no mercado e fornecendo inclusive para a merenda escolar, a preocupação se realmente a cadeia está tendo acesso ao PGPM(Programa Geral de Preço Mínimo), PAA(Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE(Programa Nacional de Alimentação Escolar), com política de preços permanentes. Fabio Melo falou que os acessos estão disponíveis na internet e que está também fazendo levantamento de preços para que os mesmos não fiquem fora de mercado, e que o fortalecimento no âmbito de discussão busque alternativa para que coloque os produtos dos extrativistas, principalmente inseridos na merenda escolar. Foi falado sobre o acesso de associações para a venda de produtos, e que apenas duas

associações acessaram aos programas PAA Extrativista em 2010, apenas duas associações nos municípios de Riachinho e Santa Terezinha, que negociaram aproximadamente R\$ 9.000,00 (nove mil reais) em óleo de babaçu. Foram colocados algumas propostas reuniões das instituições do governo federal, para que fosse discutidas políticas para o meio ambiente, listar quais são as entidades ao nível estadual e federal (entidades sem fins lucrativos), principalmente as instituições que vem participando desde o inicio do processo e que fazem parte da área de discussão. Fazer lista para a votação e sugestão para as instituições integrantes.

Instâncias	Atuais	Sugestão
ESTADO	Seagro SIC Ruraltins Naturatins	Semades
GOV. FEDERAL	Conab ICMBio SFA MDA Incra	
UNIVERSIDADE	Unitins UFT	
ORGANIZAÇÕES AGROEXTRATIVISTAS	Miqcb CNS ASMUBP Assoc das Mulheres Agroextrativistas da Apa Cantão CASB ARENT Assoc Mulheres do Jalapão	
ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E AGRICULTORES FAMILIARES	Fetaet Faerto Fetraf	
ONG SEM FIM LUCRATIVO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGRICULTURA FAMILIAR	Não tem	Institituto Ecológica APA-TO
ECONOMIA SOLIDARIA	Não tem	Solicitar indicação do Forum da Economia Solidaria
SISTEMAS-S	Não tem	Senai Sebrae- oportunidade de parceria em cooperação com o MDA para formação, desenv. Territ. E etc. Senar
ATER E ASESSORIA TÉCNICA	Ruralnorte	

Qual é a cara que a Câmara Técnica quer?

Ficou encerrada a primeira reunião com a continuidade para o dia seguinte. Dia 24 de outubro de 2012 as 900h da manhã a Srª Francisca Barbosa Marta deu a abertura e continuidade aos trabalhos, começou falando dos convênios a serem discutidos como chamadas públicas e convênios em seguida passou a palavra ao Sr. Fabio Melo que falou sobre a busca de alternativas em outras fontes de recursos para investimentos tais como em destaque a finalização do projeto das sete Barracas, no assentamento Pontal em São Miguel, apoio ao projeto de extração de óleo da Associação da Reserva Extrativista e do Mesocarpo da Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio – ASMUBIP, assim seria importante o encaminhamento de propostas para as chamadas de Ater, Gestão e capacitação para o público dos extrativistas, mulheres e agricultores familiares. Francisca Barbosa Marta falou de propostas que já foram discutidas como a implantação do Sistema Municipal de Inspeção e que a maioria das prefeituras ainda não tiverem condições de executarem os projetos, mesmo existindo a parceria com o estado e possibilidade de se trabalhar em consórcio de municípios e a disponibilidade de técnicos para orientação e acompanhamento do projeto, falou da possibilidade de executarem projetos através de consórcios, que é necessário tomar iniciativa dos trabalhos a serem executados. Sr. Sales falou sobre as dificuldades que as prefeituras principalmente dos municípios pequenos enfrentam, principalmente por não estarem preparadas para executarem projetos ou até mesmo ausência de técnicos e as famílias não estão sendo capacitadas, que é necessário propormos algo que de responsabilidades ao município para que executem as suas obrigações perante a população com relação aos trabalhos da sociobiodiversidade. Em seguida foi lido um termo de chamada pública e metodologia de trabalhos das mesmas. Sr. Cipriano, diz que se vê e a boa vontade dos extrativistas e colaboradores, mas do poder público e muito lento, que aparece recurso para outros fins, mas para os extrativistas nunca aparece meios principalmente para a Resex, e que o interesse agora é investir na soja, que o projeto Sampaio é mais recente e corre o risco de sair do papel com prioridades. Que os produtos dos extrativistas já foram industrializados são produtos de boa qualidade e que já foram aprovados por empresas e pela comunidade. Em seguida foi apresentado um relatório do Projeto Promoção do Desenvolvimento Social e Econômico das Quebradeiras de Coco Babaçu na Região do Bico do Papagaio, alguns questionaram perguntando sobre a viabilidade econômica do projeto, se já tinha pra quem vender ou fornecer os produtos ali industrializados, foi mencionado a possibilidade de formação de uma cooperativa para a realização dos projetos e comercialização dos mesmos. Em seguida passou para os **Encaminhamentos**,

- 1- Revisão e oficialização dos membros da CTPS TO envio de ofícios para os órgãos e organizações identificadas na tabela de ontem
- 2- Articulação com intuito ecológica - não andou. Marta vai falar pessoalmente com eles para a elaboração de propostas de projetos via ONGS
 - a- Verificar com outras ONGS
 - b- RURALTINS também pode elaborar propostas para editais
- 3- RURALTINS irá verificar situação do convênio da fabrica de sabão em Sete Barracas com Ministério da Integração.
- 4- Fabio vai levar a proposta de revitalização da fabrica para FBB (Banco do

Brasil)

- 5- Enviar a carta para o presidente do ICMBio (sobre a RESEX do extremo norte)
- 6- Levar a discussão do sistema de inspeção municipal para o CEDRUS, ampliar a discussão.
- 7- Realizar levantamento de preços dos produtos da sociobiodiversidade para verificar se estão sendo negociados abaixo do preço mínimo – CNS, MIQCB e ARENT .
- 8- Enviar ofício ao MDA para solicitar a Praça da Sociobiodiversidade na Agrotins.

Em seguida foi lido um ofício que será encaminhado ao ministério, solicitando um espaço para a praça da feira da sociobiodiversidade que será implantado na Agrotins 2013 (tentar encaminhar com a assinatura do governo do estado). Fabio Melo, agradeceu a todos e diz estar a inteira disposição no que depender do seu conhecimento e participação nas reuniões e levantamento das demandas, falou que é necessário cobrar mais das entidades, principalmente dos ministérios. Em seguida a Srª Francisca Marta Barbosa agradeceu a todos, e declarou encerrado a reunião. E eu Edvar Cardoso de Souza Relator, lavrei o presente relatório que após lido, segue assinado.

Anexo 5

Reunião Fundo Babaçu

São Luís, MA, 10 e 11 de outubro de 2012

Fábio Wesley de Melo

Introdução

A convite do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, participei da reunião como Consultor do PNPSB para a Cadeia Produtiva do Babaçu e também pela minha experiência profissional com a criação e fortalecimento de fundos socioambientais públicos, para contribuir com a criação do Fundo Babaçu. Isabel Figueiredo do ISP, que gerencia o PPP-ECOS e Ângela da FASE, também foram convidados.

Apresentação do grupo

22 pessoas participaram da reunião - Francisca, coordenação do MIQCB e Grupo Encantadeiras, Cledeneusa, regional PA, coordenadora do CINQCB e Grupo Encantadeiras, Luciene assessora MIQCB, Silvana Bastos, consultora para elaboração do projeto do Fundo Amazônia, Marli, assistente administrativa MIQCB, Ana Flávia, RJ, Antônio, ASSEMA, Luzia, regional PA, Maria de Jesus, Dijé, coordenadora geral do MIQCB, Maria José, coordenadora da associação das mulheres negras do MA, Maria do Rosário, regional Baixada, coordenação do MIQCB, Francisca, regional PI, acaba de deixar o posto de coordenadora geral do movimento, Aldeane, regional PI, Francisca, Centro de Educação Popular de Esperantina, PI, Edinalva, MIQCB e FETAET, Bico do Papagaio, Márcio, Sindicato Baixada Maranhense, João Palmeira, APA-TO, Maria do Socorro, coordenadora financeira do MIQCB, Praia Norte, TO, Célio, assessor MIQCB, Ângela, FASE Fundo DEMA, Fábio, consultor do babaçu, MMA, Rosângela, Território Campos e Lagos, Carlos, Tijupá, Dodô, Tijupá.

Contextualização do Fundo Babaçu

A Natura fez acesso ao babaçu de forma “indevida”, não atendendo a anuência prévia e depois gerou recurso de compensação (R\$ 1 milhão), mas elas entendem que o conhecimento acessado é de todas as quebradeiras e que então esse recurso deveria ser distribuído por todas. Com a parte do recurso que foi para o MIQCB criou-se o fundo rotativo.

Socorro explicou que esse recurso tem sido aplicado por meio de um microcrédito: 46 mulheres já foram beneficiadas, com 3% de juros. São três categorias de crédito – R\$ 500, 700 e 1.000. Geralmente o recurso é usado para produção de hortas, criação de pequenos animais, produção de artesanato, etc.

Aurélio da Fundação Ford provocou que fizessem algo maior, a ideia agradou, foram a Belém custeados pela Ford para ver a experiência da FASE com o Fundo DEMA e resolveram montar um projeto para montar o Fundo Babaçu.

“A gente tá feliz, mas com medo, pois o MIQCB nunca mexeu com tanto recurso.” Muita gente se emociona em ver onde o grupo chegou, graças a muita luta das companheiras das regionais. “Será que a gente dá conta?”.

D. Dijé disse que o Fundo Babaçu quer gerar benefícios para mais entidades e mais organizações. Querem tocar esse projeto grande, que vai gerar muita responsabilidade, mas contam com a confiança nos parceiros e no grupo. A Fundação Ford está disposta a financiar a proposta, então é porque acreditam no projeto e no movimento.

Edinalva lembrou que quando o movimento foi criado, um dos objetivos era crescer para poder gerar mais resultado e respaldo para as comunidades na base, por isso que uniram os quatro estados. Acredita muito na gestão de D. Dijé.

Apresentação Fábio, consultor nacional do babaçu, MMA.

Apresentei minha experiência na capacitação de fundos socioambientais públicos de quando trabalhei no FNMA, alguns anos atrás. As capacitações eram dadas a distância e com momentos presenciais, foram realizados quatro seminários nacionais, o programa teve duração de 2 anos. 21 fundos públicos participaram, seis deles receberam recursos do Departamento de Educação Ambiental do MMA.

Alguns desses fundos haviam sido criados anos antes, mas ainda não estava em operação, o processo ajudou a redefinir alvos e modos de operar. Esses fundos foram criados por lei, diferente do Fundo Babaçu. Fábio sugeriu que o Fundo Babaçu pode buscar recurso de multas e de compensação de impacto ambiental de mineradoras, por exemplo. Sugere que eles conversem com o Fundo em Juruti/PA que aplica recursos da Alcoa em empreendimentos agroextrativistas, operado pelo Funbio. Também é possível o apoio de secretarias de meio ambiente para repassar recursos arrecadados em unidades de conservação.

O recurso todo que captarem não precisa ser gasto com o fundo, pode e deve

ser gasto na estruturação do fundo, no pagamento de pessoal, na capacitação de pessoal. Os resultados devem ser apresentados para a sociedade, para justificar a aplicação dos recursos. Os critérios do fundo precisam estar de acordo com a capacidade das organizações de gerir fundos. Todos devem prestar contas e apresentar indicadores. É necessário fazer monitoramento, o FNMA não consegue fazer, mas na elaboração do fundo é preciso reservar um recurso para essa finalidade, e custa caro. Pensar em formas para monitoramento a distância, como relatórios (condicionantes para o recebimento das próximas parcelas), contatos telefônicos frequentes, elaboração de manuais, formulários simplificados, etc. O fundo pode oferecer ainda suporte técnico aos projetos com relação à elaboração e execução de projetos, gestão dos empreendimentos, prestação de contas, acesso a políticas públicas e intercâmbios entre projetos.

É importante ter portfolio objetivo a respeito do fundo para captação de recursos. Definir indicadores simples e palpáveis. Grupos mais jovens precisam de mais apoio para que não fiquem inadimplentes.

Apresentação Isabel - PPP-ECOS

Apresentou a experiência com o PPP-ECOS, principalmente com relação aos aspectos operacionais. Os participantes tiveram dúvidas com relação a detalhes da seleção e do papel do Comitê Gestor. Foram disponibilizados documentos do PPP-ECOS para referência na elaboração dos documentos que vão determinar o funcionamento do Fundo Babaçu. Discutimos sobre o risco de atuar com recursos do FAMA para pequenos projetos, o mesmo que o Fundo Dema está correndo e que o Fundo Babaçu poderia correr se atuar mesmo com o FAMA como planejam. Falamos sobre apoios continuados mesmo após o término do projeto, de modo que o fundo não seja apenas um repassador de recursos. Discutimos sobre o risco da formalização de entidades pequenas para acesso a recursos e frisamos que o Fundo Babaçu vai precisar pensar mecanismos para evitar isso.

Apresentação Ângela - Fundo DEMA\FASE

Mostrou vídeo sobre o Fundo Dema. A origem do recurso foi da venda de um lote de madeira ilegal apreendido no Pará em 2000, que o movimento social reivindicou e conseguiu transformar em um Fundo. O nome é em homenagem a uma liderança local que tinha esse apelido. A partir de 2003\04 começaram a apoiar projetos, 208

projetos já foram apoiados – 30 mil pessoas atingidas, R\$ 2.600.000 já investidos. Foco em comunidades rurais e urbanas. Decisões são tomadas pelo Comitê Gestor, que é composto pelos movimentos sociais: Prelazia do Xingu, STTR Itaituba, Fórum BR 163, STTR Santarém, Associação Quilombola Malungu e Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP). Grande ênfase nos grupos indígenas e quilombolas. Foco em justiça ambiental.

A elaboração das diretrizes foi feita no momento da criação do Fundo pelo ministério público e IBAMA, mas sempre pautados pelos movimentos sociais, que escolheram a FASE para implementá-lo.

Não querem ser apenas um financiador, mas um parceiro dos povos das florestas, e o apoio financeiro é um instrumento para isso. Objetivos: fortalecer movimentos sociais, dinamizar inclusão social, combater desmatamento, defender a Amazônia de forma sustentável, etc.

Fundo fiduciário (permanente) para apoio a projetos, somente o rendimento dos recursos podem ser utilizados de modo que o recurso não acabe. O aporte inicial foi de R\$ 4.830.000. Além disso, a Fundação Ford doou mais R\$ 2.227.000. Em setembro de 2012 o rendimento estava em R\$10.618.000. De 2008 para agora o recurso só ficou rendendo para que o fundo não perdesse sua capacidade de compra, então não abriu edital de 2008 a 2011. Mas não deixou de apoiar a ação contra Belo Monte, apoiado de forma direta.

Por isso foram buscar por apoio com o Fundo Amazônia, que começou a ser executado em agosto de 2011. O processo de negociação durou mais de 2 anos. Estão tendo que ajustar algumas coisas para atender às novas exigências, por exemplo, uma entidade que não tem CNPJ submeter projeto por meio de outra entidade não é mais viável. Já fizeram a primeira prestação de contas e ainda não receberam retorno, o BNDES não possui manual e isso dá muita insegurança. O BNDES queria exigir PIS e NIT para pagar diária, sendo que exigem um cheque por pessoa. Conversamos sobre lutar por flexibilizações, juntando todas as organizações que estão tendo o mesmo tipo de dificuldade, como o ISP, a FASE, o MIQCB, a ASSEMA e a APA-TO. Inclusive chamar a Marina Silva que ajudou a mobilizar o recurso para ajudar na negociação.

Foco geográfico: BR 163, Baixo Amazonas e região de Altamira. Dentro do Fundo DEMA tem um fundo de apoio às comunidades quilombolas do Pará com recursos da F. Ford e FAMA, por meio de três chamadas de 310 mil reais de 2011-

2014. E o Fundo Indígena do Xingu com recursos da F. Ford e FAMA, dois editais de 280 mil reais 2012-2014.

O monitoramento dos projetos ainda deixa a desejar e é de responsabilidade do Comitê Gestor, há ainda um conselho consultivo que avalia todo o trabalho do Comitê. Ele é formado por dinamizadores municipais, e as organizações apoiadas fazem parte do conselho enquanto ela for apoiada. A secretaria executiva funciona com uma assistente administrativa e o presidente do Conselho que é da FASE (como o PA e NC do PPP-ECOS).

Devido as novas exigências do FAMA, de 52 projetos que poderiam apoiar com o recurso previsto, foram recebidos só 38 projetos e 36 foram aprovados. O edital foi ano passado e até agora não depositaram nenhuma parcela. Os prazos tiveram que ser estendidos para que as entidades conseguissem cumprir as exigências. Agora falta a FASE elaborar uma carta dizendo que recebeu todos os documentos e aí, só após a dispensa de licença ou a licença ambiental emitidas é que o recurso vai ser depositado. Esse custo pode estar incluído no custo do projeto, mas nenhum projeto inseriu isso. Então eles só saberão quando a SEMA determinar quanto é, daí verão se sai do projetinho ou do projetão.

A faixa de projetos do Fundo Dema é de R\$ 1.000 a 30.000, esse apoio de mil foi para a regularização de organizações quilombolas que só conseguem lutar pelo seu território, escolas e postos de saúde se tiverem CNPJ.

Possuem o SPMAS – Sistema Integrado de Planejamento, Avaliação e Sistematização. Mas foi criado recentemente e as informações antigas não estão sistematizadas. Agora é que estão pensando em indicadores. Os relatórios de progresso não eram analisados, pois a equipe era muito pequena.

Andamento do Fundo Babaçu

Luciene assessora do MIQCB contextualizou o que está sendo pensado para o Fundo Babaçu. A Fundação Ford quis colocar mais recursos no projeto de micro-crédito que o Movimento já vem gerenciando há algum tempo, mas mudando um pouco o caráter, foi de onde surgiu o debate sobre o Fundo.

Objetivos já definidos: Ampliar as fontes de recurso e disponibilizar para comunidades tradicionais dos estados do MA, PI, TO e MA, em florestas de babaçu – apoiar acesso a direitos e políticas, apoio institucional, promover equidade social e resgate e valorização cultural, promover o uso sustentável para a manutenção da

floresta em pé, promover inserção das mulheres e juventude.

Com relação à gestão foi pensado ter um Comitê Gestor e uma secretaria executiva. Mas ainda não sabem sobre a composição do comitê e seu funcionamento. Isabel (ISPN) compartilhou o regimento do PPP-ECOS para utilizarem como base. E qual seria o papel da secretaria executiva e a estrutura ideal? Pensar em conselhos consultivos ligados às seis regionais (PA, PI (Cocais – Esperantina), Bico, Imperatriz, Baixada Maranhense e Médio Mearim).

Público: organizações formais e informais agroextrativistas.

O Fundo Babaçu será composto por recursos da Fundação Ford e do Fundo Amazônia (projeto que está sendo elaborado pela Silvana), mas outras fontes devem compor o Fundo também. A abrangência do Fundo é maior que a do projeto submetido ao FAMA devido a portaria que define quais municípios podem ser apoiados. Houve um debate sobre a expansão do movimento por meio do apoio a projetos em áreas que não são de atuação do movimento atualmente, e os projetos darão como contrapartida a entrada na luta. A expansão para outros estados pode ser legal, mas para outro momento, depois que o fundo tiver bem estruturado. Um recurso atual da Fundação Ford de R\$160.000 está sendo usado para a formação do fundo e em seguida será captado recurso do FAMA.

Luciene pediu que os parceiros convidados se manifestassem sobre sua participação na execução do Fundo. A representante da agencia de desenvolvimento do território campos e lagos – fórum com representações da sociedade civil e da gestão publica – achou a proposta interessante, inclusive pensando na juventude. Já têm experiência de microcrédito de mil reais para jovens aprenderem a lidar com recursos. Acha fundamental as parceiras participarem do conselho, e da discussão de criação do fundo inclusive. A agência está à disposição para colaborar. João Palmeira disse que o enfoque da APA-TO é nos 12 municípios do Bico e que o foco do fundo vai muito além disso, mas, mesmo assim querem apoiar, principalmente se for regionalmente. O enfoque tem que ser guarda-chuva, apoiando temas mais gerais como agroecologia, agricultura urbana, luta pelo território, etc. Francisco do CEPES (PI) quer fazer parte do comitê. Carlos da Tijupá já trabalha com finança solidária, crédito rotativo, micro-crédito. Acha que devem aumentar o raio de ação do movimento conforme vai apoiando projetos na área de ocorrência do babaçu. Vai encaminhar na diretoria da entidade se poderão participar do comitê, tem dificuldade de participar de tantos fóruns, etc. Assis do STTR de Viana, MA tem preocupação

com o amadurecimento da ideia do fundo com relação à área de atuação, para que não favoreça os grupos parcialmente. Tem disposição para participar do comitê gestor.

Avançando no debate sobre o Fundo em si, João Palmeira e Isabel sugeriram três categorias de apoio: Pindova – até 5 mil; Babaçu – até 25 mil e Coringa – até 50 mil (acha 100 mil muito). E eventualmente pode haver a categoria Coco para os projetos de micro-crédito. Garantir apoio a processos produtivos, mas também para campanhas como aumentar as áreas de abrangência da Lei do Babaçu Livre, além de apoio institucional.

No dia 11\10 começamos a desenhar a composição do Comitê Gestor, após longo debate ficou definido: representante de cada um dos seis parceiros por regionais, uma representante do MIQCB de cada estado, ACONERUQ, NEAF, UFPA, Tijupá e um representante da secretaria executiva do Fundo. O Ministério Público e os especialistas Alfredo Wagner, Joaquim (advogado do MIQCB) e Maristela Andrade, UFMA serão convidados ou conselheiros. O papel do Comitê ficou previamente definido como responsável pela seleção de projetos, monitoramento de projetos e tomada de decisões políticas com relação aos projetos. Já houve um início da discussão de quem serão os parceiros regionais, já foi definido: ASSEMA no Mearim, Fórum da Juventude e STTR de Viana na Baixada, FETAET e APA-TO no Bico, Centro Cocais e CEPES no PI.

Isabel Falou bastante sobre a definição de um documento norteador do fundo, que seria a estratégia de ação, como a estratégia nacional do PPP-ECOS, que poderia ser usada como documento de referência. Este documento garantirá que o Fundo vai atuar de acordo com as demandas do MIQCB, sem receber influências indevidas dos membros do Comitê. Uma comissão ficou de elaborar uma minuta da estratégia para depois submeter aos demais.

Silvana apresentou o esqueleto do projeto, que tem um foco mais de estruturar o Fundo, sendo que apenas 20% do recurso será para repasses, o projeto será de uns R\$ 14 milhões. O restante será para processo de apoio à organização social das quebradeiras, processo de formação de jovens (ideia sendo amadurecida sobre uma escola de projetos), além de assistência técnica para que as comunidades possam elaborar e executar seus projetos. A ideia é buscar outros financiadores com requerimentos mais flexíveis de prestação de contas para investimento no Fundo e o recurso do FAMA funcionar mais como um estruturador do Fundo.

O trabalho inicial que a Silvana fez de planejamento, visão de futuro, história etc, fez toda a diferença para as quebradeiras, que falaram sobre isso algumas vezes durante a reunião.

O grupo está bastante unido e com representações fortes de todas as regiões. Deu bastante ânimo ver a articulação política e a organização delas.

Contatos:

Luciene – 98 8211 2886

Dona Dijé – 99 9119 1414 (filha), 9646 4036 (nora)

regionalpiau@miqcb.org.br

Anexo 6

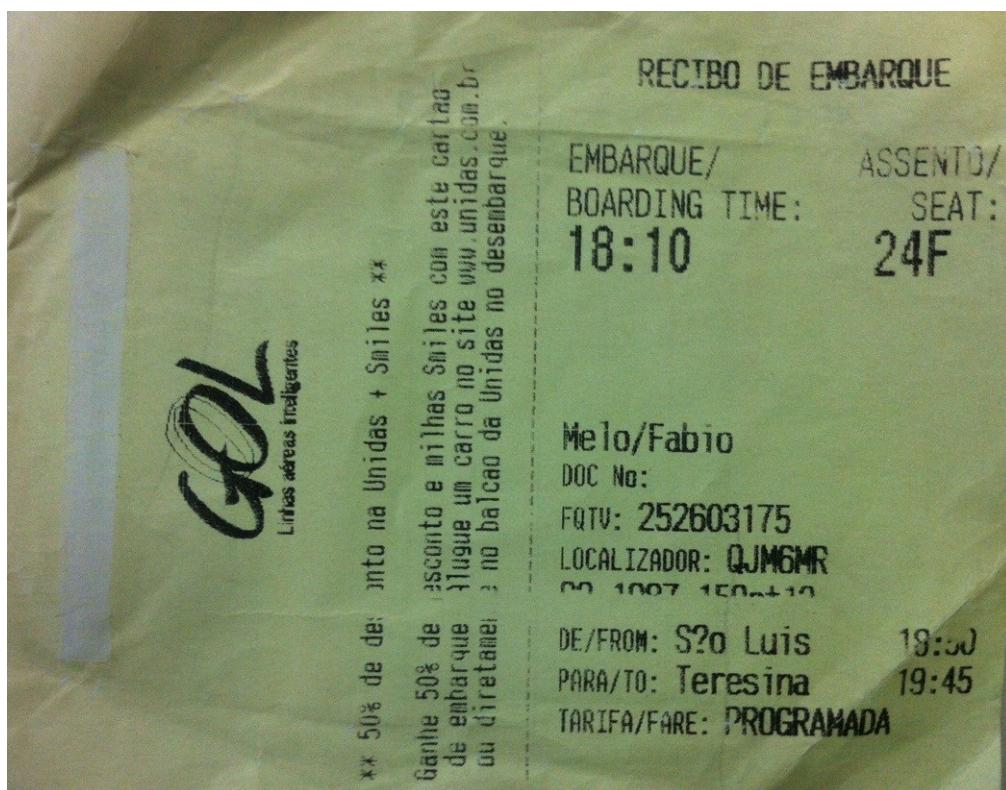
Anexo 7

Anexo 8

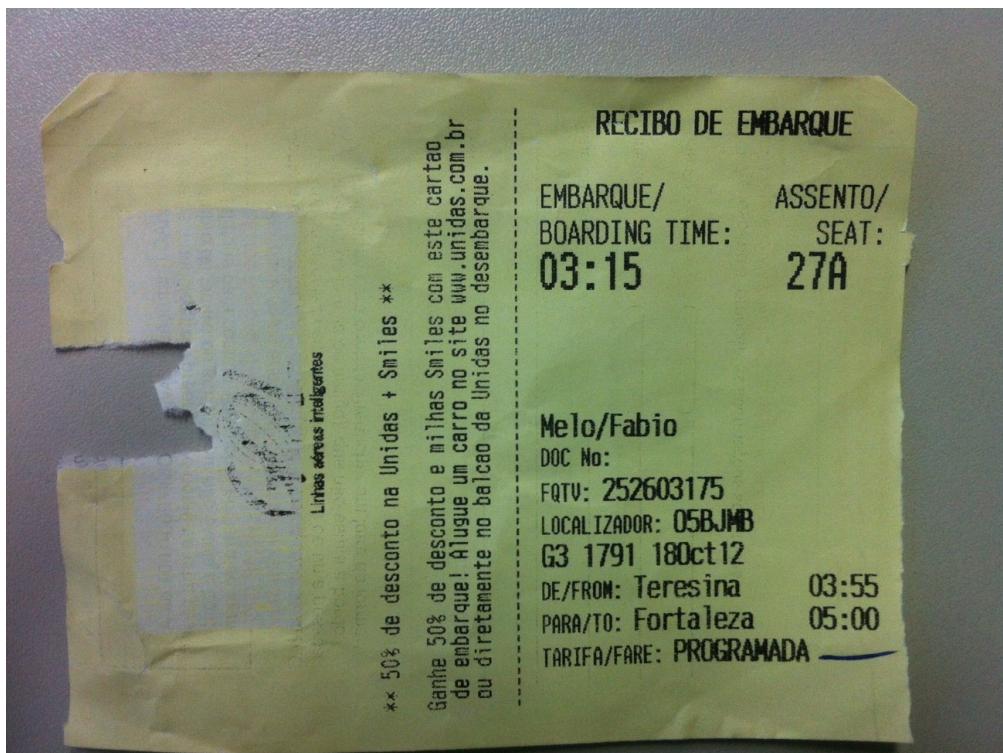
Anexo 9



Comprovante de embarque TAM: ida de Brasília/DF para São Luis/MA



Comprovante de embarque GOL: ida de São Luis/MA para Teresina/PI

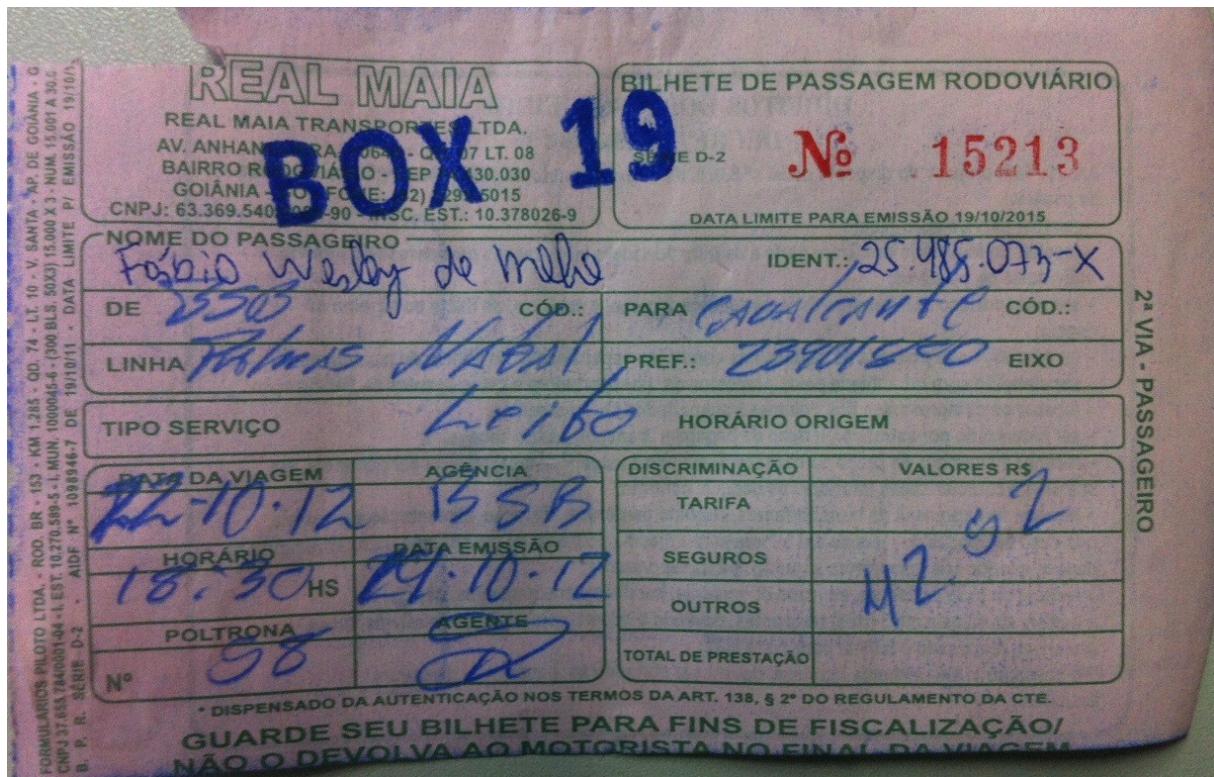


Comprovante de embarque GOL: volta de Teresina/PI para Fortaleza/CE (conexão)



Comprovante de embarque GOL: volta de Fortaleza/CE (conexão) para Brasília/DF

Anexo 10



Comprovante de embarque REAL MAIA: ida de Brasília/DF para Cavalcante/GO (conexão)



Comprovante de embarque REAL MAIA: ida de Cavalcante/GO (conexão) para Palmas/TO

2ª VIA - PASSAGEIRO

REAL MAIA REAL MAIA TRANSPORTES LTDA. AV. ANHANGUERA, 10645 - QD. 07 LT. 08 BAIRRO RODOVIÁRIO - CEP 74.430.000 GOIÂNIA - GO - FONE: (62) 3295-5015 CNPJ: 63.369.540/0005-90 - INSC. EST.: 10.378.026-9		BILHETE DE PASSAGEM RODOVIÁRIO N.º 15215 DATA LIMITE PARA EMISSÃO 19/10/2015	
NOME DO PASSAGEIRO <i>Fábio Wesley de Melo</i> DE <i>Palmas</i> CÓD. <i>580</i> LINHA <i>Palmas/Brasília</i> PARA <i>Formosa</i> CÓD.: PREF.: <i>23901900</i> EIXO		IDENT.: 25.485.073-X	
TIPO SERVIÇO <i>EXPC</i>		HORÁRIO ORIGEM	
DATA DA VIAGEM <i>29.10.12</i>	AGÊNCIA <i>580</i>	DISCRIMINAÇÃO TARIFA	VALORES R\$ <i>94,00</i>
HORÁRIO <i>18:30 HS</i>	DATA EMISSÃO <i>19-10-12</i>	SEGUROS	
POLTRONA <i>11</i>	AGENTE <i>01</i>	OUTROS	
N.º <i>11</i>		TOTAL DE PRESTAÇÃO	
<small>* DISPENSADO DA AUTENTICAÇÃO NOS TERMOS DA ART. 138, § 2º DO REGULAMENTO DA CTB.</small> GUARDE SEU BILHETE PARA FINS DE FISCALIZAÇÃO/ NÃO O DEVOLVA AO MOTORISTA NO FIM DA VIAGEM			

Comprovante de embarque REAL MAIA: volta de Palmas/TO para Brasília/DF